

A SEMANA – 180

John Gledson

Começamos por um lugar-comum do fim de século – por isso mesmo, o cronista recusa pedir alvissaras: os casamentos entre ricas herdeiras americanas e aristocratas europeus arruinados, que faziam as delícias dos jornais e revistas. Sente-se uma certa satisfação do cronista ao localizar um caso oposto, com menos destaque, o de Pauline von Kirbach, encontrado, justamente, numa notícia sobre um congresso socialista na Alemanha.

Voltamos então a um assunto que fascinava Machado em mais de um ponto de vista – o Japão, com seu poder crescente, seu expansionismo militar, e sua curiosa imitação de instituições e hábitos europeus. A questão da possível imigração de japoneses já surgira numa crônica de 1894 (28 de outubro [126]). Depois da mudança significativa assinalada por Prudente de Moraes em maio de 1895 (ver nota 9), abandonava-se a velha esperança de trazer chineses (“os chins”, como se dizia) para substituir a mão de obra escrava. Agora, a reputação do país e a de seus cidadãos vão de mãos dadas. Talvez os japoneses sejam mais “civilizáveis”, se adaptem melhor? Talvez até não sejam todos “rústicos”, para adotar o eufemismo do cronista.

Mais próximo de casa, também os chilenos se dedicam a imitar as instituições europeias. Mas o parlamentarismo local parece que encontrou dificuldades próprias, que Machado finge (?) não entender. Pode ser que a luta entre parlamentos e presidentes, inerentes às repúblicas, e de trágicas consequências recentes nesse país, não seja assim tão fácil de resolver.



A SEMANA

10 de novembro de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Três pessoas estavam na loja Crashley,¹ rua do Ouvidor, um moço, um mocinho e eu. Víamos, em gazeta inglesa, os retratos do duque de Marlborough e de Miss Consuelo Vanderbilt, que vão casar.² A noiva é riquíssima, o noivo nobilíssimo, vão unir os milhões aos brasões, e a Europa à América; não é preciso lembrar que a jovem Vanderbilt é filha do famoso ricoço americano.

Um de nós três, o moço, declarou francamente que não acreditava nos milhões da donzela. A quantia maior em que acredita é um conto de réis; não descrê de dois, acha-os possíveis; dez parecem-lhe invenção de cérebro escaldado. O mocinho já creu em vinte e sete contos,³ mas perdeu essa fé ingênua e pura. Eu, por amor do ocultismo, creio em tudo que escapa aos olhos e aos dedos. Sim, creio nos oitenta mil contos da linda Vanderbilt, assim como creio nos séculos de nobreza de Marlborough.

Uma revista célebre (vá por conta de Stendhal) opinou no princípio deste século que “há só um título de nobreza, é o de duque; marquês é ridículo; ao nome de duque todos voltam a cabeça.”⁴ Se é assim, o noivo inglês paga bem o dote da noiva

¹ Crashley and Co., livraria de língua inglesa, estabelecida havia muitos anos à rua do Ouvidor, n. 67.

² Este casamento, emblemático da assim chamada “Gilded Age” (Era dourada) americana, aconteceu no dia 6 de novembro. Consuelo Vanderbilt (1877-1964), de 18 anos, era filha de William Kissam Vanderbilt e bisneta de Cornelius Vanderbilt, o fundador da imensa fortuna da família, baseada em estradas de ferro, entre outras coisas. O (nono) duque de Marlborough, Charles Spencer-Churchill (1871-1934) era o herdeiro de um dos títulos mais famosos da Inglaterra, que remontava ao primeiro duque, célebre por suas vitórias na Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714). Herdou um título falido, e procurou uma noiva riquíssima. Por seu lado, Consuelo foi forçada pela mãe ambiciosa, a casar com o duque. Como dote, o pai pagou \$2.500.000, além de conceder ações nas suas companhias. Era assunto de interesse geral (ver, p. ex., a enumeração dos detalhes do dote, na *Gazeta* de 8 de novembro p. 1, col. 6). Consuelo abandonou o marido em 1906, divorciando-se dele em 1921. Na crônica (e em Aurélio), vem escrito “Wanderbilt”, mas mesmo nos jornais da época, onde o nome aparece com frequência, Vanderbilt é a ortografia aceita.

³ Esta “crença” em 27 contos parece um eco do valor do mil-réis antes do Encilhamento (27 *pence*, como na crônica anterior). A perda calamitosa do valor da moeda brasileira é a causa da perda de fé.

⁴ A origem desta citação, e a explicação das palavras “vá por conta”, é que Machado evidentemente a encontrou em *Le rouge et le noir* (1830), de Stendhal (Marie-Henri Beyle, 1783-1842), onde serve de

americana, paga de sobra. As ricas herdeiras americanas amam os nobres herdeiros europeus; não há um ano que um duque francês desposou uma rica patricia de miss Consuelo.⁵ Deste modo, sem bulha nem matinada, unem a democracia à aristocracia e fazem nascer os futuros duques do próprio seio que os aboliu. A nobreza europeia está assim enxertada de muito galho transatlântico. Naturalmente a observação é velha, não peço alvíssaras.

Peço alvíssaras por esta outra que fiz no dia seguinte àquele em que estivemos na loja Crashley, na rua do Ouvidor. Lendo uma correspondência de Breslau, acerca do congresso socialista, dei com a notícia de fazer parte da assembleia, entre outras senhoras, uma de quarenta anos, que, aos vinte e cinco, em 1880, renunciou o título de duquesa para se fazer pastora de cabras.⁶ É nada menos que filha do duque de Wurtemberg e da princesa Matilde de Schamburg de Lippe. O governo wurtemberguês, para que ela não ficasse só com o nome de Paulina, deu-lhe o de Kirbach (*von Kirbach*).

A minha observação consiste no contraste das duas moças, uma que nasce duquesa e bota fora o título, outra que nasce sem título e faz-se duquesa. Pastora de cabras, pastora de dólares. Que querias tu ser, carioca do meu coração? A poesia pede cabras, a realidade exige dólares; pede⁷ as duas espécies, multiplica os dólares pelas cabras, e não mandes embora o primeiro duque que te aparecer. Vai com ele à igreja da Glória, agora que deu à sua triste torre uma cor de rosa ainda mais triste,⁸ casa, embarca, vai a Breslau, não digo para fazer parte do congresso socialista; há muita outra coisa que ver em Breslau, duquesa.

epígrafe ao capítulo XXX, “Un ambitieux”. No “original” francês: “Il n’y a plus qu’une seule noblesse, c’est le titre de duc; marquis est ridicule; au mot duc on tourne la tête.” A ironia, sempre presente em Stendhal, é evidente, pois o capítulo começa com “Le marquis de la Mole...” e nos informa que este está intrigando para ser feito duque. É quase certo que Machado não conhecia o original: *The Edinburgh Review*, que, sobretudo na sua terceira versão editorial, que durou de 1802 a 1929, foi muito influente, de tendência liberal (Whig, para usar o termo da época), e promovia o romantismo. Foi muito importante para Stendhal quando esteve na Itália, depois da queda de Napoleão. “Je suis tout *Edinburgh Review*” diz, numa carta.

⁵ Não conseguimos identificar com certeza este duque nem a sua esposa. Pode ser que Machado se refira a Anna Gould, que casou com Boniface de Castellane no dia 14 de março de 1895 – mas este era apenas marquês...

⁶ Não localizamos esta correspondência de Breslau, capital da Silésia, então parte do Império Alemão, agora Wroclaw, na Polônia. Pode ser que Machado a tenha lido num jornal europeu. As informações que dá são todas, ou quase todas, exatas. Pauline von Kirbach (1854-1914) era filha de Eugen Erdmann von Württemberg e a Princesa Mathilde von Schaumberg-Lippe. Renunciou à sua herança, de fato, mas para casar com um médico, dr. Melchior Willim, com quem teve três filhos. A história da “pastora de cabras”, de que não encontrei referência, deve ter origem na fonte que Machado leu. Uma matéria diz que Pauline era excêntrica, e costumava andar pela cidade de Breslau seguida de vários animais, inclusive cabras. Era ativista socialista de longa data, e figura sobressalente no congresso que Machado menciona, ocasião importante em que esteve presente Wilhelm Liebknecht (ver crônica de 22 de abril de 1894 [100]), e que aconteceu entre 8 e 12 de outubro de 1895.

⁷ Na *Gazeta* está “pende”, que não faz sentido. Aurélio propõe “funde”. Esta solução, em que este segundo “pede” estaria no imperativo, me parece mais provável, em parte por ser um erro de revisão mais compreensível.

⁸ Não descobri nenhuma referência a esta transformação cafona da velha igreja.

Os japoneses, com quem acabamos de celebrar um tratado de comércio,⁹ não leram decerto a *Revista de Edimburgo*; se a tivessem lido, teriam decretado os seus duques; por ora estão nos condes e marqueses. Verdade é que um cronista lusitano do século XVI diz que eles tinham por esse tempo títulos vários e diferentes – “como cá os duques, marqueses e condes.”¹⁰ Questão de tradução, mas justamente o que me falta é a notícia dos vocábulos originais e seus correspondentes. Entretanto, não é fora de propósito que eles, assim como aperfeiçoaram a pólvora dos chins e deram-lhes agora com ela,¹¹ assim também aperfeiçoem as herdeiras ricas, e ninguém sabe se algum bisneto de Marlborough chegará a desposar alguma Vanderbilt de Tóquio.

Que as moças daquelas terras, como os homens, assimilam facilmente os costumes peregrinos, é fato velho e revelho. Não há muitos dias, estávamos à porta do Laemmert¹² dois dos três da loja Crashley... Não digo os nomes dos outros, por não lhes ter pedido licença, mas eles que o confirmem aos seus amigos, e os amigos destes aos seus, e assim se farão públicos. Estávamos à porta do Laemmert, quando vimos sair duas parisienses; mintu: duas japonesas. Realmente, salvo o tipo, eram duas parisienses puras. Se vísseis a graça com que deram o braço aos cavalheiros que iam com elas, as botinas que calçavam, os tacões das botinas, o pisar leve e rápido...¹³ Os tacões diziam claramente que não carregavam o peso da Ásia, que as duas moças eram como aquelas borboletas de papel que os seus avós faziam avoçar no teatro, com o simples movimento do leque. E foram-se, e perderam-se rua acima.

⁹ Este tratado “de comércio, navegação, paz e amizade” foi assinado pelo ministro brasileiro em Paris, sr. Piza e Almeida, no dia 5 de novembro (ver *Gazeta de Notícias*, 6 de novembro, p. 1, col. 3). Faz parte de uma aproximação ao Japão, o novo poder do Extremo Oriente, e que levaria à imigração japonesa, iniciada em 1907. Na sua mensagem presidencial de 4 de maio de 1895, Prudente de Moraes diz: “Julguei conveniente suspender as disposições tomadas para a negociação do tratado de amizade e comércio com a China, e destinada principalmente a facilitar a emigração para o Brasil, e resolvi ao mesmo tempo procurar um acordo para igual fim com o Japão, esperando realizá-lo sem enviar àquele país uma custosa embaixada.” (*Jornal do Commercio*, 5 de maio, p. 2, col. 3.)

¹⁰ Este cronista é o padre João de Lucena (1550-1602), pregador e missionário jesuíta português, autor de uma história da vida do padre Francisco Xavier, livro que Machado tinha na sua biblioteca, e que inclui muitas informações sobre os países do Extremo Oriente. Já foi citado nas crônicas de 18 de setembro de 1892 (22), e 28 de outubro de 1894 (126). Diz o padre Lucena: “Quanto à nobreza em nenhuma parte se lhe tem igual respeito, e podemos-la dividir em três estados, no dos Iacatás, ou Reis soberanos; no dos senhores de título, a que chamam Tonos, e são diferentes, e vários como cá os Duques, Marqueses, Condes; e no dos fidalgos particulares.” (LUCENA, João de. *História da vida do padre Francisco de Xavier, e do que fizeram na Índia os mais religiosos da Companhia de Jesu*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1600. p. 484.) [“Do modo de governo, e polícia dos Japões.” Cap. VI. do livro sétimo da vida do padre Francisco de Xavier.]

¹¹ Na Guerra Sino-Japonesa (ver, entre outras, as crônicas de 28 de outubro de 1894 [126] e 21 de abril de 1895 [151]).

¹² A loja da Livraria Laemmert estava, desde 1868, à rua do Ouvidor n. 68, muito perto da Crashley, do outro lado da rua estreita. “Na rua do Ouvidor, um homem, que está à porta do Laemmert, aperta a mão do outro que fica à porta do Crashley, sem perder o equilíbrio.” (crônica de 13 de agosto de 1893 [69])

¹³ Este andar rápido das japonesas, devido às saias longas e justas que vestiam, era supostamente característico.

Vamos tê-las agora às dúzias, se o tratado, que o Sr. Piza negociou, admitir que venham mulheres e uma pequena porcentagem de moças da cidade. Mas ainda que venham só as rústicas, é gente que, com pouco, fica cidadã. Vamos tê-las modistas, estudantes, professoras. Nas escolas não se limitarão a ensinar português, ensinarão também o seu idioma natal, e, graças à facilidade que temos em aprender e ao amor das belezas estranhas, acabaremos por escrever na língua do micado. Há quem jure que algumas pessoas não falam em outra; mas é opinião sem grande fundamento. É certo que, no meio da linguagem oratória, aparecem locuções, frases, alguma sintaxe estranha, mas, além de se não poder afirmar que sejam todas do Japão, sucede que muitas são claramente do Café Riche,¹⁴ - e, por serem de café, têm a desculpa nacional.

Venham os professores,¹⁵ e digam-nos a história e os costumes do parlamento de Tóquio, a fim de que possamos explicar como é que um sistema que entrou tão bem no Japão está prestes a dar com o presidente do Chile em terra.¹⁶ Não chego a entender as dificuldades deste presidente. Que, durante alguns dias, os chefes de gabinete possíveis não mostrem grande vontade de subir ao leme do Estado, vá; não é natural, mas, um pouco de artifício dá graça à alma humana, e particularmente à alma política. Já lá vão semanas e semanas, e não há meio de alcançar um grupo de cinco a seis pessoas que governem a República. Não esqueçamos que o Chile fez uma revolução para restaurar o

¹⁴ O Café Riche (fundado por uma madame Riche) era um restaurante de luxo, situado no Boulevard des Italiens, frequentado por literatos e artistas famosos. Parece que Machado está satirizando as pretensões “orientalistas” e cosmopolitas dos simbolistas, com a sua sintaxe arrevesada.

¹⁵ Assim na *Gazeta*. Aurélio sugere que deve ser “professoras”. Entende-se a proposta, mas como o jornal faz perfeito sentido, preferimos manter a sua leitura.

¹⁶ Desde pelo menos o dia 21 de outubro, os telegramas de Santiago e Valparaíso repetem, com pequenas variações, que “a crise ministerial continua”, e que sr. Oswaldo Regio [ou MacIvor, dr. Eulogio Altamirano, Castellón...] “está tentando organizar um gabinete”, sem sucesso. No dia 7 de novembro, vem a notícia, que talvez fosse o que despertou a reação de Machado, de que “não será para admirar que o Presidente [Jorge] Montt dê sua demissão” (*Gazeta de Notícias*, p. 1, col. 2). Para entender as referências ao assunto, temos que retroceder até setembro de 1891, quando, depois de uma guerra civil, o presidente José Manuel Balmaceda tinha sido deposto, suicidando-se pouco depois. Balmaceda tinha tentado reforçar os poderes do presidente, e limitar os do congresso (ou parlamento). A seguir, foi instaurado um regime parlamentar, dominado pela oligarquia do país, que durou até os anos 20. São as brigas dentro dessa oligarquia que causam a demora. Os paralelos com o Brasil, com o contraste entre o regime de Floriano e o de Prudente de Moraes, eram claros, embora no Brasil a oligarquia não escolhesse a via parlamentarista para estabelecer seu domínio. Joaquim Nabuco publicou o livro *Balmaceda* em abril de 1895: nele, resenhando um livro chileno que faz a apologia de Balmaceda, Nabuco (defensor do Império, e do monarquismo constitucional e parlamentar) critica os argumentos do autor (e, implicitamente, os defensores de Floriano). Para Machado (amigo de Nabuco, e que simpatizava com suas ideias, embora com o ceticismo que sempre o caracteriza) o que interessa é um ponto nevrálgico dos sistemas republicanos, e da oposição entre os regimes presidencialista e parlamentarista. Se o presidente ficar atrelado à vontade do parlamento, qual a razão de haver duas fontes de poder? – mas uma só fonte de poder aproxima-se da ditadura... A mesma preocupação, com o mesmo “paradoxo” de o presidente demitir-se por pressões ou desentendimentos com o parlamento (na França e na Argentina), aparece nas crônicas de 20 e 27 de janeiro (138 e 139, ver notas 13 e 3, respectivamente), e 17 de fevereiro (142). No fundo, trata-se do mesmo problema implícito no Poder Moderador do Império.

sistema parlamentar. Se há de acabar por não ter ministros, Montt deixa a presidência, para não fazer de Balmaceda... Não é claro.

Claro é ainda o princípio da crônica, o caso do duque de Marlborough e da próxima duquesa; tão claro como o da princesa Colona,¹⁷ que é também filha de um banqueiro americano, casada há alguns anos. Rimei acima milhões com brasões; posso agora empregar a toante espanhola, e rimar *capitães* com *capitais*,¹⁸ mas podem acusar-me de trocadilho, e eu prefiro ficar calado a fazer um *calembour*,¹⁹ - *calembour* sem g, meus bons amigos da revisão.



¹⁷ Não foi possível identificar esta princesa, cujo nome vem escrito Collona na *Gazeta* (Colona em Aurélio); pensei que talvez se tratasse dos Colonna, antiga família romana, mas esta hipótese também não trouxe uma solução.

¹⁸ A identidade das duas palavras “rimadas” fica mais evidente no jornal, onde, na ortografia da época, se escrevia “capitães” e “capitais”. A “rima toante espanhola” (“asonancia” em espanhol) é aquela em que só tem que haver identidade na última vogal tônica das duas palavras. Aqui, essa identidade depende da não percepção da diferença entre vogais nasais e não nasais pelos falantes nativos de espanhol.

¹⁹ Trocadilho é *calembour* em francês: a palavra francesa também foi adotada em português, às vezes escrita “calembur”. “Calembour” é um erro tão frequente que até foi dicionarizado, por exemplo no Novo Dicionário Houaiss. Deve ter origem nos numerosos nomes de lugar que terminam em “bourg” (burgo). A julgar pelas ocorrências na imprensa carioca da década de 1890, a versão errada era mais comum.